

SUMÁRIO

1. Apresentação	2
2. Missão Institucional.....	3
3. Planejamento e Metas Alcançadas	4
4. Área Finalística.....	7
Análises Macroeconômicas/Produtos.....	7
Boletim de Acompanhamento Macroeconômico.....	7
Panorama Macroeconômico Brasileiro.....	7
Panorama Institucional Brasileiro.....	8
Resenha SPE	8
Resenha Internacional.....	9
Indicadores de Conjuntura	9
Mensagem Presidencial e Balanço Geral da União	10
Consolidação de Estatísticas Fiscais	10
Assessoria na discussão e acompanhamento dos acordos com o FMI	11
Formulação e Assessoramento de Política Econômica.....	12
Relacionamento Institucional.....	13
Participação no CNPE e em outros colegiados ligados à Política Energética.....	17
Participação em Palestras, Seminários e Encontros.....	20
Entrevistas e Artigos publicados.....	22
Fundação Getúlio Vargas - FGV.....	22
5. Área Administrativa	24
Chefia de Gabinete	24
Recursos Tecnológicos e de Informação	25
Coordenação Administrativa	26
Recursos Humanos.....	27
Execução Orçamentária e Financeira	31
Material e Patrimônio.....	34
Apoio Logístico	35
Documentação e Protocolo	36
6. Conclusão	39

1. APRESENTAÇÃO

A divulgação do Relatório Anual de Atividades de Gestão visa apresentar as atividades desenvolvidas no ano anterior, além de prestar contas junto à Secretaria Federal de Controle Interno, sendo um instrumento por meio do qual a SPE avalia o cumprimento das suas atribuições regimentais e o seu desempenho. A médio prazo, o relatório representa o registro histórico da organização e constitui um guia para a avaliação e a proposição de eventuais adequações necessárias, de modo a atingir as metas e os resultados desejados.

Para cumprir sua missão institucional, a Secretaria de Política Econômica mantém articulação permanente junto a profissionais, instituições governamentais e não governamentais, ligadas aos setores dinâmicos da Economia. Essa constante interação traz informações que são agregadas à base de conhecimento técnico da SPE, constituindo subsídios para a formulação de políticas econômica, social, industrial, agrícola, financeira, habitacional, bem como a proposição de diversas outras iniciativas de cunho institucional e regulatório.

2. MISSÃO INSTITUCIONAL

Compete à Secretaria de Política Econômica assistir e assessorar o Ministro de Estado da Fazenda na formulação, acompanhamento e coordenação da política econômica. Constitui atribuição da SPE acompanhar o desempenho macroeconômico brasileiro, analisando e sugerindo alternativas de condução das políticas fiscal, monetária e financeira, e ainda aquelas relativas ao setor externo – incluindo política cambial, comercial, balanço de pagamentos e mercado internacional de crédito.

Cabe, ainda, à SPE apreciar os planos e programas de natureza econômica submetidos ao Ministério da Fazenda, bem como propor prioridades globais e setoriais dos planos anuais, plurianuais, programas e projetos de interesse nacional. No âmbito institucional, a Secretaria assessora o Ministro da Fazenda junto ao Conselho Monetário Nacional e na condução do Programa de Estabilidade Fiscal, acompanha a execução do Programa Nacional de Desestatização e participa do desenho e implementação das políticas governamentais relativas ao sistema financeiro, previdência complementar e de seguros, e mercado de capitais. Por fim, a SPE é responsável pelo relacionamento do Governo Brasileiro com o Fundo Monetário Internacional – FMI.

3. PLANEJAMENTO E METAS ALCANÇADAS

A Secretaria de Política Econômica, nos termos de sua competência regimental, no exercício de 2002, assistiu e assessorou o Ministro de Estado da Fazenda na formulação, acompanhamento e coordenação da política econômica, tendo analisado e sugerido alternativas de condução das políticas fiscal, monetária e financeira, e ainda aquelas relativas ao setor externo – incluindo política cambial, comercial, balanço de pagamentos e mercado financeiro internacional. A SPE também participou do debate, formulação e proposição de outras iniciativas de interesse da política econômica do Governo Federal.

A Secretaria coordenou, no âmbito do MF, a implementação do acordo com o FMI, subsidiou as negociações em torno de eventuais alterações ou extensões no acordo, contribuindo com a elaboração de informações técnicas utilizadas pelos representantes deste Ministério. Na preparação das discussões com as missões técnicas, a equipe da Secretaria coleta e analisa dados sobre os setores monetário, fiscal, real e externo da economia, e realiza projeções de curto prazo sobre as variáveis relevantes em cada um desses setores. A Secretaria coordena a preparação das informações produzidas por outros órgãos públicos, necessárias à avaliação do programa econômico, bem como é responsável pela revisão dos Memorandos de Política Econômica e dos Memorandos Técnicos de Entendimento que compõem o acordo do Governo Brasileiro com o FMI.

A SPE participou ativamente das atividades relacionadas ao setor energético, inclusive participando em diversos Grupos de Trabalho. Tem exercido a representação do MF no Núcleo Executivo da Câmara de Gestão do Setor Elétrico (CGSE), criada pelo Decreto nº 4.261, de 06.06.2002, que reuniu-se ordinariamente a cada 15 dias, e extraordinariamente a cada semana, durante o período de conclusão das atividades do Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico. Cabe frisar que a atuação da SPE tem sido realizada em coordenação técnica com a SEAE, que vem representando o MF na Assessoria Técnica do CNPE.

A participação da SPE na condução da política econômica brasileira ocorre em diversos fóruns de discussão permanentes ou criados para lidar com os assuntos específicos. A participação nesses comitês, comissões, conselhos e grupos de trabalho objetiva colaborar para o atendimento pleno das demandas que são formuladas ao Poder Executivo e direcionadas à área econômica, mas tendo

presente e procurando influenciar as decisões a partir de limitações ou aspectos que digam respeito às atribuições do Ministério da Fazenda. Para a consecução desse objetivo, a Secretaria participa dos seguintes órgãos colegiados: Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (COMOC); Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC); Conselho Nacional de Desestatização (CND); Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS); Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX); Câmara de Gestão do Setor Elétrico (CGSE); Comunidade Solidária; Comitê Nacional de Avaliação das Normas Contábeis e de Auditoria no Brasil; Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Aberta e de Capitalização (CRSNSP); Conselho de Administração do Investe Brasil; Conselho Nacional de Turismo; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS); Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); Comissão Diretora do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM); Conselho Nacional de Política Energética (CNPE); Grupo Executivo para Modernização dos Portos (GEMPO); Comissão Nacional de Harmonização das Atividades dos Agentes de Autoridade nos Portos (PROHAGE); Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM); Fórum de Acompanhamento da Agenda Comum para Melhoria da Circulação Urbana.

A Secretaria realiza a função de Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho do Mercado de Capitais e Poupança de Longo Prazo, no qual participam como representantes os titulares das agências reguladoras do mercado financeiro, de capitais, seguros e previdência, sob a coordenação do Presidente do BCB.

Outra importante função da SPE consiste na consolidação de estatísticas fiscais e projeção do Resultado Primário do Governo Central (critério acima da linha). Para tanto, consolida e projeta as receitas e despesas não financeiras do Governo Central, abrangendo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, e estima o resultado primário que serve de base para a elaboração da Proposta Orçamentária do Governo, dos Decretos de Programação Financeira e das metas fiscais negociadas com o FMI. Ademais, realiza o acompanhamento mensal do Resultado do Governo Central e compara-o com as metas fiscais previstas.

A equipe da SPE analisa e participa, direta ou indiretamente, da elaboração de pareceres e notas técnicas sobre Propostas de Emendas à Constituição, Decretos, Projetos de Lei, Medidas Provisórias e Projetos de Conversão de Medidas Provisórias e eventuais Proposições de Vetos, por solicitação da Assessoria Parlamentar, da Secretaria Executiva e/ou Gabinete do Ministro da Fazenda.

A contribuição da SPE na condução da política econômica também se dá pelo fomento à discussão de temas importantes para o desenvolvimento do País. Sendo assim, uma série de estudos

abrangentes sobre temas específicos tem sido elaborados pela Secretaria de Política Econômica, tais como: Panorama Institucional Brasileiro “O Novo Regime de Previdência Complementar Brasileiro” e “Principais Avanços na Implementação da Agenda de Poupança e Investimentos” – esse último trabalho concentra-se em cinco campos principais: mercado financeiro e de crédito, mercado de capitais, popularização do sistema financeiro, previdência complementar e seguros e financiamento imobiliário. A SPE também elabora regularmente o estudo intitulado “Orçamento Social da União”, que apresenta o gasto social da União de acordo com metodologia própria, e o Relatório de Renúncias Fiscais e Subsídios, encaminhado ao Congresso Nacional juntamente com a Proposta Orçamentária, que compila as diferentes fontes de renúncia fiscal e os subsídios.

A equipe da Secretaria elabora rotineiramente diversos boletins e relatórios, sendo alguns deles de circulação restrita, ou de uso exclusivamente interno na composição de publicações oficiais do Governo Federal: Boletim de Acompanhamento Macroeconômico; Boletim de Conjuntura Fiscal; Análise Econômica da Mensagem Presidencial; Panoramas sobre Temas Macroeconômicos e Institucionais; Resenha Internacional Semanal; Indicadores de Conjuntura. Além destes, a Secretaria disponibiliza o Boletim de Estatísticas Fiscais e as Resenhas Diárias sobre Indicadores de Conjuntura Econômica. Alguns dos trabalhos mencionados encontram-se disponíveis na página da SPE, na Internet.

4. ÁREA FINALÍSTICA

Análises Macroeconômicas/Produtos

De acordo com as metas estabelecidas no Plano Plurianual 2000-2003 - PPA, especificamente aquelas relativas à Ação **Análise Macroeconômica e Proposição para a formulação da Política Econômica** constante do **PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA MACROECONÔMICA**, a Secretaria de Política Econômica, elaborou, durante o ano de 2002 diversos trabalhos, que resultaram no produto "análise realizada". Dentre estes trabalhos destacam-se: os Boletins de Conjuntura, no total de 5 publicações; três estudos, o primeiro publicado em Abril/02, intitulado "O Novo Regime de Previdência Complementar Brasileiro", e outros dois publicados em Agosto/2002, um sobre os "Principais Avanços na Implementação da Agenda de Poupança e Investimentos" e o outro sobre "Agricultura: 1994/2002 - Crescimento e Modernização". Também foram elaboradas 152 Resenhas Nacionais, disponíveis na INTERNET, na página da SPE, e 94 edições dos Indicadores de Conjuntura. A partir de junho de 2002, foi disponibilizado na INTERNET, o Boletim de Estatísticas Fiscais, que vem sendo atualizado periodicamente.

Boletim de Acompanhamento Macroeconômico

Editado desde agosto de 1994 pela SPE, o Boletim de Acompanhamento Macroeconômico analisa o cenário econômico e os principais indicadores de mercado, através de suas diversas seções: nível de atividade e setor agrícola, preços, setor externo, área fiscal e mercados de trabalho e financeiro. Em cada tópico são sintetizados os principais eventos do período e suas implicações sobre a evolução futura da atividade econômica, dentro de uma visão de governo sobre o assunto. A partir de 2002, o boletim passou a ter circulação restrita, não sendo divulgado ao público em geral.

Panorama Macroeconômico Brasileiro

Complementarmente ao Boletim, a SPE vem editando e divulgando ao público em geral, desde o ano de 2000, o Panorama Macroeconômico. O objetivo desse estudo é abordar com mais profundidade temas específicos ou questões atuais sobre a condução da política econômica brasileira.

Questões Macroeconômicas, conjunturais e aprimoramentos no arcabouço econômico-institucional têm sido os principais eixos desses trabalhos. Suas publicações são basicamente analíticas e não obedecem a uma periodicidade determinada. Em agosto de 2002 foi publicado um sobre "Agricultura: 1194/2002 - Crescimento e Modernização".

Panorama Institucional Brasileiro

No âmbito das atribuições referentes a questões institucionais da SPE, foram elaboradas no decorrer de 2002 dois outros documentos para divulgação. A primeira foi o Panorama Institucional Brasileiro que discorreu sobre a implementação do novo regime de previdência complementar brasileiro, no qual se insere medidas de cunho legal, como as recém aprovadas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 2001 e o Projeto de Lei Complementar nº 09 ainda em tramitação no Congresso Nacional, assim como medidas infra-legais, na qual destacam-se as de caráter prudencial na aplicação dos recursos, como é o caso da Resolução CMN nº 2.829.

A segunda publicação intitula-se "Avanços na Implementação da Agenda de Poupança e Investimento", constituindo-se esse trabalho em um esforço de sistematização sobre a implementação de um elenco de medidas proposto no âmbito da Câmara de Política Econômica em 2000 sob a denominação de Agenda, e ao qual coube à SPE a tarefa de coordenação. As medidas relacionadas, e exaustivamente explicadas naquele documento, resultaram do esforço conjunto dos órgãos de regulação e supervisão do Sistema Financeiro Nacional com o objetivo de introduzir aperfeiçoamentos nos instrumentos e na sistemática de funcionamento dos mercados creditício e financeiro, de capitais, e nos segmentos previdenciário, securitário e de financiamento imobiliário. O objetivo fundamental dos esforços governamentais foi o aumento da eficiência na canalização de poupança para o financiamento de investimentos de médio e longo prazos.

Resenha SPE

Com periodicidade diária, dependendo da agenda de divulgação de dados econômicos, a Secretaria produz a Resenha SPE/MF com análise sucinta dos principais indicadores econômicos nacionais, que foram divulgados na manhã do dia ou no final do dia anterior. Elaborado pela equipe técnica, na área de Conjuntura Econômica da Secretaria, a Resenha objetiva informar tempestivamente às autoridades do Governo sobre os indicadores relevantes recém publicados. Devido à rapidez de sua

edição as informações são processadas e condensadas pela manhã sem o aprofundamento da análise, o que será realizado no Boletim de Acompanhamento Macroeconômico e no Panorama Macroeconômico.

A Resenha é enviada na forma impressa ao Ministro e Secretários do Ministério da Fazenda e por meio eletrônico aos demais Ministros, Secretários do Poder Executivo, ao Presidente do Banco Central e respectiva diretoria, e demais membros do Governo que tenham interesse na publicação.

Resenha Internacional

A SPE elabora a Resenha Internacional com uma coletânea das principais notícias de caráter econômico publicadas na revista *The Economist* e no *Financial Times* (US edition). Adicionalmente, inclui-se toda matéria que tenha o Brasil como tema, principal ou secundário.

As notícias selecionadas referem-se a visão do Brasil no exterior, sobre a economia mundial, nível de emprego, projeções de crescimento, taxas de inflação, taxas de juros do G-7, índices de confiança e de consumo, comércio internacional, decisões da WTO, acordos bilaterais e multilaterais fora da WTO, perspectivas de evolução, mudanças de tarifas e cotas, preços de *commodities* (petróleo, aço e agrícolas), sistema de previdência pública, distribuição e geração de energia em demais países.

A Resenha Internacional é enviada aos Ministros, Secretários e Secretários-Adjuntos do Poder Executivo, ao Presidente do Banco Central e respectiva diretoria, bem como aos membros do Poder Legislativo. Visa resumir de forma abrangente os principais acontecimentos econômicos internacionais, suas possíveis repercussões econômicas e políticas sobre o nosso país, retratar as opiniões de analistas estrangeiros sobre o Brasil e a repercussão de políticas e acontecimentos internos no mundo.

Indicadores de Conjuntura

O trabalho tem como objetivo reunir em um só documento os indicadores econômicos de nível de atividade, mercado de trabalho, mercado monetário, financeiro e cambial, política fiscal, preços e setor externo, propiciando ao seu público uma rápida consulta aos resultados mais recentes.

Os Indicadores são divulgados e atualizados duas vezes por semana pela SPE, com distribuição impressa para assessores e autoridades do Ministério da Fazenda, e através de correio eletrônico para outros servidores públicos, que demandem essas informações em suas tarefas.

Além desse produto, a SPE consolida, diariamente, os principais índices financeiros e monetários (do dia anterior), com distribuição impressa para o Ministro e os Secretários do Ministério da Fazenda.

Mensagem Presidencial e Balanço Geral da União

A mensagem presidencial é elaborada anualmente e enviada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária. O Balanço Geral da União é publicado anualmente, em cumprimento ao disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

A SPE participa, colaborando com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na elaboração da mensagem, subsidiando com informações e dados estatísticos, no capítulo referente à evolução da Política Econômico-Financeira, particularmente no que se refere à análise do desempenho da economia brasileira nos aspectos monetário e financeiro, evolução dos preços, setor externo, mercado de trabalho, e produção por setores (industrial, agrícola e serviços), sintetizando e analisando os principais eventos que afetaram a economia brasileira.

Consolidação de Estatísticas Fiscais

A SPE realizou levantamento estatístico dos gastos federais mensais, discriminados por função e por órgão governamental, abrangendo o período 1990 a 2001 (valores nominais e reais). Este banco de dados é relevante para o acompanhamento dos dispêndios governamentais e para a orientação das políticas do governo federal. Nessa mesma linha, também foi consolidado um banco de dados contendo as seguintes informações para cada um dos municípios brasileiros: arrecadação do INSS, aberta por setor de atividade econômica, no período 1997-2001; arrecadação da Secretaria da Receita Federal, aberta por tipo de tributos, no período 1995-2000 (valores nominais e reais); receita municipal, classificada por categoria econômica, no período 1994-2000; despesa municipal, classificada por categoria econômica e por função, no período 1994-2000; contas do ativo e passivo municipal, no período 1997-2000; dados extraídos fundamentalmente de levantamento realizado pelo IBGE, relativos a

população, número de estabelecimentos educacionais, número de hospitais e leitos, número de agências bancárias, entre outros. Outra importante função da SPE consiste na consolidação¹ de estatísticas fiscais e projeção do Resultado Primário do Governo Central (critério "Acima da Linha"). Para isso, consolida e projeta as receitas e despesas não financeiras do Governo Central – abrange Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – e estima o resultado primário que serve de base para a elaboração da Proposta Orçamentária do Governo, dos Decretos de Programação Financeira e das metas fiscais negociadas com o FMI. Ademais, realiza o acompanhamento mensal do Resultado Primário do Governo Central e compara-o com as metas fiscais previstas.

Desde junho do corrente ano, a SPE elabora o "Boletim de Estatísticas Fiscais" o qual consolida diversas informações sobre as finanças públicas brasileiras. Esse boletim contém os seguintes indicadores: Déficit Público (Necessidades de Financiamento do Setor Público apuradas sob a ótica abaixo e acima da linha); Dívida Líquida e Bruta do Setor Público abertas por nível de governo, por prazo e por tipo de título; Carga Tributária Bruta discriminando os principais tributos por nível de governo; Metas Fiscais e outras informações expressas em reais, em dólares e em porcentagem do PIB. A atualização é mensal e a divulgação é feita na página da SPE na INTERNET.

Assessoria na discussão e acompanhamento dos acordos com o FMI

A Secretaria de Política Econômica, além de coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, a agenda das revisões periódicas no âmbito da implementação do acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI, também encarrega-se da elaboração das informações econômicas necessárias a serem examinadas pelas missões técnicas trimestrais do FMI. Essas missões têm como objetivo avaliar o cumprimento do programa econômico, assim como as perspectivas da economia brasileira. Na preparação das discussões com as missões técnicas, a equipe desta Secretaria coleta e analisa informações sobre os diversos setores da economia brasileira, bem como realiza projeções e apresenta parâmetros de curto prazo sobre as variáveis macroeconômicas relevantes.

A Secretaria coordena a preparação das informações produzidas por outros órgãos públicos, necessárias à avaliação do programa econômico, bem como responsabiliza-se pela revisão dos Memorandos de Política Econômica e dos Memorandos Técnicos de Entendimento que compõem o acordo do Governo Brasileiro com o FMI.

¹ Nesta consolidação de estatísticas fiscais participam a SPE, STN, SRF, Banco Central, o Ministério da Previdência e Assistência Social, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o CODEFAT, o FNDE, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia.

A SPE também elabora projeções de parâmetros macroeconômicos que serão utilizados na simulação de resultados fiscais para o ano de 2002 e 2003. Essas projeções e simulações são fundamentais para a aferição do cumprimento das metas estabelecidas pelo Governo Federal na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou em outros documentos oficiais, bem como no acompanhamento da satisfação dos compromissos que constam no Acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional – FMI, aprovado em 06 de setembro de 2002.

Formulação e Assessoramento de Política Econômica

A equipe técnica da SPE ajudou na elaboração, sob a forma de notas técnicas e pareceres, de propostas de Decretos, de Projetos de Lei, Medidas Provisórias e Resoluções do Conselho Monetário Nacional, ou propostas de decisões de outros colegiados nos quais o MF participa. Uma parcela substancial das demandas procedem, por meio de Memorandos, provenientes da Assessoria de Assuntos Parlamentares, Secretaria Executiva e Gabinete do Ministro. O exame desses pleitos, que envolvem aspectos econômicos, resulta em notas técnicas e pareceres utilizados para auxiliar o Ministro da Fazenda, dentro e fora do governo, em particular no acompanhamento e discussão das matérias debatidas e votadas no Congresso Nacional. Por outro lado, esse trabalho auxilia nas respostas a solicitações, questionamentos e indagações de diversos setores e agentes econômicos – públicos e privados, instituições civis, pessoas jurídicas e contribuintes em geral.

O quantitativo dos mesmos está demonstrado no quadro abaixo.

EQUIPE TÉCNICA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL GERAL
Coordenação Institucional	1	7	14	14	18	17	20	11	5	5	9	11	132
Coordenação de Conjuntura	0	0	2	0	2	3	3	3	0	0	3	1	17
Coordenação de Assuntos Fiscais	0	2	29	10	23	2	17	4	5	8	24	20	144
TOTAL	1	9	45	24	43	22	40	18	10	13	36	32	293

Relacionamento Institucional

A SPE participa ativamente, na orientação e formulação da política econômica brasileira, atuando em fóruns de discussão, permanentes ou criados para lidar com assuntos específicos. A participação nesses comitês, comissões, conselhos e grupos de trabalho segue as orientações do Ministro da Fazenda e demais autoridades na consecução dos objetivos da política governamental observadas as atribuições mais específicas da Pasta. Para a consecução desses objetivos, a SPE participa dos seguintes órgãos colegiados, de caráter permanente:

- **Comissão Técnica da Moeda e do Crédito – COMOC**, comissão de assessoramento que analisa e discute previamente todos os votos a serem apreciados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Para o exercício das atribuições do CMN, a SPE interage com o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e outras Secretarias do MF, tais como a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Secretaria da Receita Federal (SRF) e a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN), além da Secretaria da Previdência Complementar, do Ministério da Previdência e Assistência Social (SPC/MPAS). Ainda no âmbito da COMOC, a SPE participa ainda do Comitê de Assuntos Rurais, que analisa, previamente, todos os votos ligados ao setor rural a serem apreciados preliminarmente pela COMOC para a decisão do CMN;

- **Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP**, órgão superior do Sistema de Seguros, Capitalização e Previdência Privada Aberta. No CNSP, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) atua como a entidade executora das decisões do Conselho. A SPE representa o Ministro da Fazenda nesse Conselho e, além de atuar na análise das resoluções a serem publicadas, também participa do *Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Aberta e de Capitalização – CRSNSP*, órgão assessor do CNSP, integrante da estrutura básica do Ministério da Fazenda e regulamentado pelo Decreto 2.824, de 27.10.1998, que tem por finalidade o julgamento, em última instância administrativa, dos recursos de decisões da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do IRB – Brasil Resseguros S.A.;

- **Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC**, órgão colegiado, normativo, de deliberação, controle e avaliação da execução da Política Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, integrante da estrutura regimental do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, sendo este o órgão executor das decisões do CGPC. A SPE tem presença

no conselho como membro suplente, assumindo também funções de assessoramento em discussões internas ao Ministério, ou em temas objeto de estudo no GT de Mercado de Capitais;

- **Conselho Nacional de Desestatização - CND**, é o órgão formulador da política de desestatização das empresas estatais federais. Nesse âmbito, a SPE interage com o Ministério do Planejamento/DEST, o BNDES e os Ministérios supervisores das empresas estatais integrantes do CND. Ao longo de 2002, a SPE teve papel ativo nos grupos de trabalho criados para aperfeiçoar o marco regulatório no setor de infra-estrutura de transportes. Os grupos lidaram com os setores de ferrovias, rodovias e portos. Além disso, representantes da Secretaria participaram dos debates envolvendo a desverticalização das empresas estatais federais de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, tendo sido a participação da SPE importante para garantir consistência e maximizar sinergias em relação aos trabalhos da GCE.

A participação da Secretaria nos assuntos fiscais abrange não apenas a análise de diversas propostas do Poder Executivo e Legislativo, mas também a participação nos seguintes fóruns:

- **Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS**, instituído pela Lei nº 8.213/91, é o órgão superior de deliberação colegiada, vinculado ao Ministério da Previdência Social e tem a finalidade de deliberar sobre a política da Previdência Social e sobre a gestão do sistema previdenciário;

- **Grupo Executivo para Modernização dos Portos – GEMPO**, criado pelo Decreto nº. 1.467, de 27.04.1995, com a finalidade de coordenar as providências necessárias à elaboração e implantação do Programa Integrado de Modernização Portuária – PIMOP, ou seja, grupo que orienta e acompanha a reforma portuária, elemento de destaque dos continuados esforços para aumentar a competitividade das exportações brasileiras e a eficiência da economia em geral, ao reduzir o custo do controle internacional;

- **Comissão Diretora do Fundo de Marinha Mercante - CDFMM**, Conselho criado pelo Decreto Lei nº. 2.404 de 1987, que delibera sobre o uso dos recursos advindos do adicional de frete para a renovação da marinha mercante, elemento chave para o financiamento da indústria naval – inclusive *off-shore* – brasileira;

- **Comissão Nacional de Harmonização das Atividades dos Agentes de Autoridade nos Portos – PROHAGE**, instituída por Portaria Interministerial para coordenar as ações do Programa de Harmonização das Atividades dos agentes de autoridade nos portos;

- **Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX**, responsável por conceder autorização para financiamentos externos a projetos do setor público. Adicionalmente delibera sobre

prorrogação do prazo de desembolso. Analisa e decide financiamentos com recursos externos (BID, BIRD, agências nacionais, etc.);

- **Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA**, colegiado que delibera e homologa decisões sobre a concessão de incentivos fiscais e desonerações para indústrias localizadas na Zona Franca de Manaus. A atuação nesse Conselho envolve coordenação e uma forte interação com a Secretaria da Receita Federal e outros órgãos federais e regionais.

A SPE atua ainda em alguns Conselhos e Comissões de natureza mais setorial, tais como:

- **Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS**, criado pelo Decreto n°. 3.992, de 30.10.2001, com o objetivo de promover o acesso à terra, o fortalecimento da agricultura familiar e a diversificação das economias rurais;

- **Conselho de Administração do Investe Brasil**, agência de investimento constituída na forma de OSCIP, com participação igualitária entre os setores privado e público, criada em 28.11.2000 e em operação a partir de 25.03.2002, tendo por objetivo atrair e reter investimentos diretos no Brasil, mediante o oferecimento de apoio para facilitar e imprimir agilidade ao processo de investimento e à identificação de oportunidades de negócios no país. O Ministério da Fazenda, que detém 1/10 das cotas do Setor Público no Investe Brasil, tem sido representado pela SPE no seu Conselho de Administração;

- **Comitê Nacional de Avaliação das Normas Contábeis e de Auditoria no Brasil**, esse comitê foi criado pela Portaria Interministerial n° 105, de 02.05.2002, com o objetivo de (I) manter diálogo, prover informações e acompanhar os trabalhos técnicos do Banco Mundial na elaboração do Relatório de Comparabilidade aos Padrões Internacionalmente Aceitos (Reports on the Observance Standards and Codes – ROSC) e (II) realizar a discussão crítica do relatório a ser apresentado pelo Banco Mundial, subsidiando as autoridades quanto ao posicionamento a ser adotado pelo Governo Brasileiro nas negociações com aquela instituição multilateral;

- **Grupo de Monitoramento Macroeconômico – GMM**, tem por objetivo proceder à harmonização de estatísticas econômicas, fiscais e de balanço de pagamentos, bem como realizar estudos com vistas à fixação de metas macroeconômicas comuns no âmbito do Mercosul. Até agora foram definidas metas de longo prazo para dívida líquida e para o resultado primário do setor público, bem como para a inflação;

- **Fórum de Acompanhamento da Agenda Comum para Melhoria da Circulação Urbana**, criado pelo Decreto Presidencial de 22.05.2002, sob a presidência da Secretaria Especial de

Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (SEDU-PR), tem por objetivo propor os instrumentos normativos e administrativos e as fontes de financiamento aos projetos relacionados ao transporte coletivo urbano.

- **Fórum Permanente da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, este fórum foi criado pela Lei 9.841, de 1999 e regulamentado pelo Decreto 6.474 de 2000, e tem como finalidade orientar e assessorar na formulação e coordenação da Política Nacional de Desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, bem como avaliar e acompanhar sua implantação.

A Secretaria de Política Econômica participa ainda de Grupos de Trabalho – GT, tais como:

- **GT de Mercado de Capitais** – Esse Grupo de Trabalho foi instituído pelo Sr. Presidente da República, por meio da Portaria Interministerial nº 71, de 02 de março de 2000. Sua atribuição é estudar medidas que estimulem o crescimento da poupança de longo prazo, da intermediação financeira, da eficiência do investimento privado e da redução do custo do capital no Brasil. Cabe a este grupo propor aperfeiçoamentos dos marcos de regulamentação e de fiscalização dos mercados acionário, de seguros, resseguros, previdência complementar, bancários e demais. O Secretário de Política Econômica exerce o cargo de Secretário-Executivo desse grupo.

Ao longo de 2002, diversos assuntos foram tratados, em especial no que concerne a regulamentações infra-legais. Nesse sentido, destacam-se os esforços que resultaram nas (i) diretrizes básicas para a aplicação dos recursos das sociedades seguradoras, de capitalização e das entidades abertas de previdência complementar que resultou na edição da Resolução CMN nº 3.034, (ii) no aprimoramento das regras e na difusão das práticas de governança corporativa e (iii) na definição dos critérios e avaliação contábil de ativos de instituições financeiras, fundos de investimentos e entidades de previdência complementar.

Apesar dos trabalhos ainda não terem sido concluídos, foram discutidas também no âmbito desse GT propostas de mudanças na redação do Projeto de Lei que dispõe sobre o processo de recuperação e falência de empresas no Brasil, bem como avançou-se na elaboração do primeiro esboço de regulamentação da previdência complementar do servidor público, matéria essa que ainda está na dependência da apreciação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei Complementar nº 09.

A Secretaria também tem participado dos debates envolvendo a abertura do mercado de resseguros e a possível privatização do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB.

A SPE fez parte, também, do **GT Interministerial** que elaborou o Projeto de Lei do Saneamento Básico nº 4.147, do Poder Executivo, enviado em 20.02.2001 ao Congresso Nacional e desde então tem acompanhado a sua evolução.

No que tange a atuação e desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei nº 9.790/99), a SPE vem participando, da *Comissão 1 – Recursos e Financiamentos da Reforma do Marco Legal do Terceiro Setor, Décima-Quarta Rodada de Interlocução Política, do Conselho da Comunidade Solidária*, acompanhando e analisando as propostas apresentadas. Esse comitê tem como objetivo criar mecanismos consistentes de financiamento e sustentabilidade das organizações da sociedade civil para o enfrentamento da pobreza e da exclusão, buscando detectar e solucionar a incompatibilidade da legislação que regia o setor com a atuação e os novos papéis que as organizações vêm assumindo, uma vez que o arcabouço jurídico remontava às décadas de 1930 e 1950.

Participação no CNPE e em outros colegiados ligados à Política Energética

A SPE assessora o Ministro da Fazenda no **Conselho Nacional de Política Energética – CNPE**, participando, juntamente com a SEAE/MF nos Comitês Técnicos. A CGSE, sob a nova denominação de Câmara de Gestão do Setor Energético; constituiu-se em antecâmara técnica do CNPE, e recepcionou os trabalhos em andamento da antiga GCE.

A SPE participou ativamente das atividades da GCE, desde a sua criação pela Medida Provisória n.º 2.147, de 15.05.2001, tendo o Secretário de Política Econômica sido designado como membro do Núcleo Executivo da GCE na forma do Decreto Presidencial de 15.05.2001. No âmbito da GCE foi criado o Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico, tendo coordenado vários grupos de trabalho como por exemplo, a formação de preços e despacho no mercado atacadista, leilões de energia das empresas estatais e a tributação no MAE. Além disso esta Secretaria participou de vários grupos de trabalho e da elaboração dos Relatórios de Progresso n.ºs 1, 2, 3 e 4, os quais divulgam as principais medidas e decisões tomadas para a revitalização do modelo do setor elétrico.

A GCE foi extinta em junho de 2002 e os seus trabalhos bem como o Comitê de Revitalização foram transferidos para a então criada CGSE – Câmara de Gestão do Setor Elétrico, sob a Coordenação do Ministro de Minas e Energia. A CGSE manteve a mesma configuração da GCE, dessa forma o Secretário de Política Econômica permaneceu como membro do Núcleo Executivo.

O Comitê de Revitalização divulgou seu primeiro relatório de andamento, apontando para a adoção de 33 medidas que irão redinamizar o funcionamento do setor elétrico, garantindo o retorno dos investimentos de longo prazo e portanto, o equilíbrio entre a oferta e a demanda por energia. No seu segundo relatório, divulgado em janeiro de 2002, o número de medidas foi aumentado para 42. Dando prosseguimento ao trabalho desse comitê, foi criado um grupo de trabalho para cada uma dessas medidas. Esses grupos desenvolveram as propostas de medidas, discutindo-as com os agentes do setor, e implementando as medidas até o final de 2002.

A revisão e o aperfeiçoamento do processo de despacho e de formação de preço no Mercado Atacadista de Energia, coordenado pelo Secretário da SPE e implementado desde janeiro de 2002, permitiu um despacho da geração de energia mais seguro, aumentando a proteção contra a redução do nível dos reservatórios e reduzindo a probabilidade de racionamento.

Outra atividade na qual o Secretário da SPE teve papel relevante de coordenação foi a regulamentação da comercialização da energia de serviço público federal. Por indicação dos Relatórios de Progresso N^{os} 2 e 3, a realização dos leilões para venda de energia das empresas geradoras sob controle federal teve como motivação principal a de assegurar transparência na venda de energia por parte de empresas de economia mista, garantindo isonomia nos preços e no direito de acesso. Além disso, procurava-se um desenho que mantivesse a perspectiva de competição equilibrada entre empresas privadas e estatais, em particular evitando ações de poder de mercado para deslocar competidores.

A regulamentação referida acima envolveu discussões com diversos órgãos do Governo Federal, bem como com os agentes do setor, tendo resultado os seguintes atos legais e infra-legais:

- Lei N^o 10.438, de 26 de abril de 2002 (Arts. 27 e 28);
- Medida Provisória N^o 64, de 26 de agosto de 2002;
- Resolução CNPE N^o5, de 21 de agosto de 2002;
- Resolução ANEEL N^o 423, de 9 de agosto de 2002; e
- Portaria do Ministro de Estado da Fazenda N^o 276, de 13 de setembro de 2002.

Tributação no Mercado Atacadista de Energia

No exercício de 2002, a Secretaria de Política Econômica elaborou diversos trabalhos com o objetivo de subsidiar as ações empreendidas no âmbito da Câmara de Gestão do Setor Energético – CGSE. Nesse contexto, merece destaque, a análise do arcabouço tributário a ser implementado no Mercado Atacadista de Energia – MAE.

A análise da estrutura de tributação no Mercado Atacadista de Energia teve como escopo: (i) aperfeiçoar e aprofundar o conhecimento das operações realizadas nesse mercado; (ii) analisar o impacto tributário da aplicação da legislação em vigor sobre o processo de comercialização de energia no âmbito do MAE – particularmente quanto ao PIS/COFINS; (iii) avaliar proposições alternativas de tributação e sugerir modificações na legislação em vigor que atendessem tanto a princípios racionais de tributação do setor quanto aos níveis adequados de arrecadação desses tributos, assim considerados pelas respectivas administrações tributárias.

- Instrumentos Legais

Foi editada, em 29 de agosto de 2002, a Medida Provisória nº 66, que autoriza os agentes que operam no MAE a optarem por regime especial de tributação relativo às contribuições para o PIS/PASEP e para a COFINS, mediante comunicação à Secretaria da Receita Federal. Foi estabelecido que a opção pelo regime especial somente produzirá efeitos em relação a fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente ao do exercício da opção. Para fins do regime especial, de que trata o artigo 32 da MP 66/02, considera-se receita bruta auferida nas operações de compra e venda de energia elétrica no MAE os resultados positivos apurados mensalmente pela pessoa jurídica optante. Na determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS, são autorizadas deduções de valores correspondentes a ajustes de contabilizações encerradas de operações de compra e venda de energia elétrica, realizadas no âmbito do MAE, quando decorrentes de:

I – decisão proferida em processo de solução de conflitos, no âmbito do MAE, da ANEEL ou em processo de arbitragem;

II – resolução da ANEEL;

III – decisão proferida no âmbito do Poder Judiciário, transitada em julgado.

Autoriza-se, ainda, dedução da base de cálculo do PIS/COFINS, referente ao valor da receita auferida com a venda compulsória de energia elétrica por meio do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE.

Quanto aos fatos geradores ocorridos até 31 de agosto de 2002, no âmbito das operações realizadas no MAE, a MP 66/02 determina que o pagamento dos valores devidos correspondentes à COFINS e ao PIS/PASEP poderia ser efetuado com dispensa de multa e de juros moratórios, em parcela única, até o último dia útil do mês de setembro de 2002.

A Instrução Normativa SRF nº 199, de 12 de setembro de 2002, estabeleceu a regulamentação dos dispositivos da MP 66/02, especificamente no que tange à incidência da contribuição para o PIS/PASEP e COFINS sobre as receitas auferidas no âmbito do MAE.

Além dos trabalhos no âmbito do Comitê de Revitalização, a SPE participou dos Comitês Técnicos no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE:

- Comitê de Importação e Exportação;
- Comitê de Aperfeiçoamento das Regras do MAE;
- Comitê de Fontes Alternativas de Energia;
- Comitê de Eficiência Energética;
- Comitê de Vitalização do Gás Natural, a partir de convite de colaboração formulado pela SEAE.

Participação em Palestras, Seminários e Encontros

A permanente necessidade de acréscimo, atualização, disseminação de conhecimentos nos assuntos correlatos a política econômica, motivaram, essencialmente, a relevante participação da SPE em vários eventos para os quais foi convidada, ressaltando as suas realizações em diferentes localidades do país e do exterior, conforme demonstrado a seguir.

<i>EVENTO</i>	<i>LOCAL</i>
Curso sobre “Finanças Públicas” – FMI	ESAF/DF
Programação e Políticas Financeiras	ESAF/DF
Curso “Políticas Comerciais e Taxa de Câmbio” – FMI	ESAF/DF
Conferência Novos Rumos da Regulação	UNB/DF
2º Congresso Brasileiro de Previdência Complementar	LTR
5º Fórum Interamericano da Micro Empresa	BNDES
8º Reunião Trimestral de Conjuntura	SindusCON-SP
Seminário “Tendências de Mercado e Projeção p/ o Quadro de Soja e Milho”	Agência Safras e Mercado
Seminário “Exp. Brasil Desenvolvimento Local”	Comunidade Solidária
5º Curso de Relações Fiscais Intergovernamentais	ESAF/DF
Curso sobre “Estatísticas Monetárias e Financeiras” – FMI	ESAF/DF
Curso sobre “Programa de Finanças e Políticas” no FMI	EUA
Seminário sobre “Exportação”	Rio de Janeiro-RJ

Seminário "Estabilidade Financeira"	Rio de Janeiro-RJ
Seminário "Harmonização de Metodologias de Balanço de Pagamentos"	Rio de Janeiro-RJ
Seminário "O Impasse Agrícola e o Futuro da Rodada de Doha"	Rio de Janeiro-RJ
Seminário "Investimento Social Privado e a Responsabilidade Social das Empresas"	Rio de Janeiro-RJ
Seminário "Desenvolvimento em Debate – Novos Rumos do Desenvolvimento no Mundo"	BNDES/RJ
Seminário do "DEUTSCHE BANK DE BARILOCHE/ARGENTINA", através de vídeo conferência no Rio de Janeiro	Rio de Janeiro-RJ
Seminário "Evolução do Sistema Agroalimentar e a Redução de Preços p/ o Consumidor"	Rio de Janeiro-RJ
Seminário "ON THE EFFICIENCY OF THE ARGENTINED ELETRICITY WHOLESALE MARKET"	Rio de Janeiro-RJ
Seminário "STRUCTURAL BRAKS WITH DETERMINISTIC AND STOCHASTIC TRENDS"	PUC/RJ
Seminário "A Independência do BACEN"	São Paulo-SP
Seminário "Três anos de Metas para Inflação"	BACEN-RJ
Seminário "SITUACION ACTUAL Y PERSPECTIVAS DE LOS SISTEMAS PRIVADOS DE PENSIONES EM LATINO AMÉRICA"	Rio de Janeiro-RJ
Seminário "IMAGINARY MONEY AGAINST STICKY LATIVE PRICES"	PUC-RJ
Seminário "EVIDENCE ON THE INCENTIVE PROPERTIES OF SHARE CONTRACTS"	PUC- RJ
Seminário "Sustentabilidade Fiscal e Coordenação Macroeconômica"	Santiago – Chile
Programa de Visita ao JAPÃO para Jovens Latino Americanos 2002	Tóquio – Japão
Programa de Finanças e Políticas	FMI – EUA
Seminário de Economia Bancária e Crédito	SP
23º Congresso Brasileiro de Fundo de Pensão da ABRAPP	SP
Seminário para Harmonização de Metodologias da Balança de Pagamentos	BACEN/RJ
Seminário sobre "Evolução do Sistema Agroalimentar e a Redução de Preços para o Consumidor"	PUC/RJ
Seminário "União Européia e América Latina"	Madri – Espanha
Workshop "POLICY FORUM ON USING KNOWLWDGE DOR DEVELOPMENT" – patrocínio: Banco Mundial	Monterey – México

Entrevistas e Artigos publicados

Durante o ano de 2002, o Secretário de Política Econômica, eventualmente com o apoio dos Secretários-Adjuntos, concedeu várias entrevistas sobre a conjuntura econômica, política social, de previdência e outras, que foram divulgadas na mídia impressa e televisiva, além de diversos artigos que foram publicados em jornais e revistas de circulação.

Fundação Getúlio Vargas - FGV

Relativamente ao convênio com a FGV, resalte-se que desde 1987 a União vem aportando recursos para a Fundação. Até meados de 1993, as transferências eram realizadas a título de Subvenção Econômica, atendendo basicamente aos dispêndios salariais para a manutenção do quadro permanente daquela instituição. A partir de então, face às alterações nas normas orçamentárias, combinadas com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias dos respectivos exercícios, utilizou-se a modalidade CONVÊNIO, observando-se os recursos consignados no Orçamento Geral da União, no Programa - APOIO FINANCEIRO À FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, em consonância com os Planos de Trabalho aprovados para cada exercício, os quais explicitam a contrapartida de serviços aos repasses financeiros àquela fundação.

A partir de 2002, a transferência de recursos, no que diz respeito à gestão operacional, não mais se aplica ao instrumento convênio. A despesa com " Apoio financeiro à FGV " estaria enquadrada como contribuição, ou seja, transferências de recursos da União concedidas em virtude de lei, e portanto subordinado normativamente à IN n° 03/STN ora vigente.

Classificação da Despesa:

- . **Programa 0773** - Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União
- . **Categoria de programação orçamentária:** Operações Especiais
- . **Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas** - Instituição Apoiada
- . **Modalidade da Despesa:** Contribuição.

A responsabilidade pelo gerenciamento do convênio e pela transferência financeira esteve a cargo da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA até o ano de 1999, passando à SPE nos exercícios de 2000 e 2001, e a partir do exercício vigente, a cargo da STN, sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional (CODIN).

O programa de trabalho aprovado neste exercício para a SPE contempla, entre estudos e seminários, 12 projetos:

Police Papers

- 1- Área Fiscal -Tributos
- 2- PL nº 9 - Previdência
- 3- Saneamento: A experiência internacional de concessões à iniciativa privada
- 4- Seguros e Previdência
- 5- Política Industrial
- 6- Avaliação das negociações e dos prováveis impactos da ALCA
- 7- Impactos do recente protecionismo americano nas exportações brasileiras -Aço
- 8- Impactos do recente protecionismo americano nas exportações brasileiras -Agricultura
- 9- Pesquisa sobre investimentos em bens comercializáveis
- 10- Demanda de bens duráveis no Brasil
- 11- Leilões no Setor Elétrico
- 12- Poder de mercado no setor elétrico

5. ÁREA ADMINISTRATIVA

CHEFIA DE GABINETE

À Chefia de Gabinete cabe dirigir, orientar, supervisionar e controlar a execução das atividades administrativas e de informática da Secretaria; assistir o Secretário no encaminhamento de soluções de problemas de natureza político-administrativa; celebrar contratos, dispensar realização de licitações e reconhecer as situações em que estas sejam inexigíveis; ordenar despesas, no âmbito da Secretaria; coordenar os procedimentos concernentes a agenda do Secretário (viagens, reuniões, conferências, palestras e contatos com a mídia); acompanhar a tramitação de todos os documentos e processos, pleitos e requerimentos de informações; praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas funções.

A cargo da Chefia de Gabinete esteve também a coordenação dos procedimentos relativos a proposição e confirmação da agenda de compromissos da Missão do Fundo Monetário Internacional – FMI no Brasil, assim como todo o apoio logístico necessário, inclusive em outras localidades brasileiras (Rio de Janeiro e São Paulo).

A responsabilidade pela condução dos assuntos relativos a ética pública no âmbito da Secretaria encontra-se a cargo da titular Chefia de Gabinete, que envolve o zelo pela efetividade das normas de conduta, divulgação de todo o material disponibilizado pela Comissão de Ética Pública, atua também dirimindo dúvidas, servindo de canal de ligação entre os servidores, participando dos encontros e seminários, compondo a Comissão de Ética do Ministério da Fazenda na condição de membro suplente.

Na condução do processo de reforma de parte do espaço físico da SPE, que iniciou-se em 2001, houve a atuação da Chefia de Gabinete na negociação e obtenção dos recursos necessários junto à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MF, prosseguindo com o acompanhamento detalhado e a aprovação pormenorizada do projeto apresentado pela Gerência Regional de Administração – GRA/DF. A conclusão de toda a reforma somente ocorreu no exercício em análise.

RECURSOS TECNOLÓGICOS E DE INFORMAÇÃO

A Assistência de Informática tem como um de seus principais objetivos acompanhar e fazer cumprir o contrato firmado com o Serviço de Processamento de Dados – SERPRO, instrumento necessário à implementação e manutenção do Sistema Informatizado da SPE – ação do PPA 2000-2003, que visa garantir os equipamentos necessários, em operação ininterrupta, além da manutenção e atualização dos *softwares* utilizados. As faturas mensais são acompanhadas detalhadamente e somente após a efetiva certificação da realização dos serviços, são atestadas e encaminhadas ao setor de pagamento.

A equipe tem envidado esforços, objetivando a racionalização dos serviços disponíveis, atuando na melhoria ou desenvolvimento de programas específicos, analisando e controlando minuciosamente o acesso quantitativo e qualitativo às facilidades tecnológicas, sem perdas na manutenção da qualidade. O suporte técnico aos equipamentos e aos usuários é efetivado, em grande parte, pela própria equipe da área, buscando otimizar a rapidez na solução das ocorrências, auxiliando na maximização da produtividade finalística da Secretaria.

No serviço “Agências de Informações”, houve uma redução significativa de gastos em 2002, com a redução de pontos de acesso às informações de serviços como Broadcast, CMA e Investnews.

No decorrer do exercício de 2002, dentre as diversas atividades executadas, destacaram-se as seguintes:

- ◆ Editoração e revisão de diversos documentos da Secretaria;
- ◆ Constante busca de melhoria na administração do contrato de prestação de serviços, junto ao SERPRO, buscando, acima de tudo, a redução de despesas face à contenção de gastos ao longo do exercício;
- ◆ Atualização do site da Secretaria de Política Econômica, no domínio da página do Ministério da Fazenda, modernizando o layout, incluindo novos dados, oferecendo maior rapidez no acesso às informações disponíveis e recuperando links;
- ◆ Desenvolvimento do Sistema de Diárias e Passagens disponibilizados à Divisão de Controle Orçamentário e Financeiro, programado em Delphi, sendo feitas as atualizações necessárias bem como serviços de suportes;

- ◆ Consolidação do processo de atualização tecnológica de equipamentos, sendo feito um remanejamento de equipamentos visando a melhoria dos serviços ora prestados pela Assistência de Informática;
- ◆ Disseminação de conhecimentos básicos em informática, nos aplicativos WORD, EXCEL, além de noções de WINDOWS 95/98, em caráter de treinamento a servidores de apoio administrativo e secretárias;
- ◆ Atingimento do percentual de 100% do cadastramento dos usuários do correio eletrônico, visando a adequação da estrutura de endereçamento para o serviço de correio eletrônico do Ministério da Fazenda, observando as orientações do Governo Eletrônico, conforme informado pela Coordenação-Geral de Informática através do Memorando-Circular nº 001 COGIN/SPOA/SE/MF, de 06/08/2002.
- ◆ Atualização de softwares e sistemas operacionais;
- ◆ Desenvolvimento de sistemática de cópias de segurança para arquivos de usuários, minimizando a incidência de perda de informações;
- ◆ Redução dos custos com agências de notícia com racionalização do uso de serviços como Broadcast, Correio Eletrônico, Investnews;
- ◆ Otimização de Equipamentos, visando uma melhor produtividade.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

À Coordenação de Atividades Administrativas – COAAD compete, seguindo políticas, diretrizes, normas e orientações da Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração - SPOA/MF, planejar, organizar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades administrativas concernentes às gestões de documentos e informações, orçamentária e financeira, material e patrimonial, de recursos humanos e serviços de apoio logístico, assim como assistir o Chefe de Gabinete nos assuntos de natureza administrativa.

A Secretaria de Política Econômica tem dispensado especial atenção ao tratamento das demandas originadas no sistema Ouvidoria, respondendo-as integralmente, de acordo com as orientações recebidas da Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda, mantendo estrita observância aos

prazos estabelecidos para a resposta, estipulados considerando-se a especificidade dos assuntos e a preocupação na condução das informações a serem disponibilizadas.

A Ouvidoria da Secretaria de Política Econômica encontra-se ligada à COAAD, atuando a titular como representante da SPE no Comitê Nacional de Ouvidoria do Ministério da Fazenda, designada através da Portaria nº 199, de 03/07/2002. A Ouvidora acolhe as críticas, sugestões, opiniões, elogios e reclamações dos cidadãos-usuários sobre assuntos referentes a área econômica do Ministério através do Sistema OUIDORIA do MF; acompanha a distribuição das demandas nos diversos setores da área técnica da Secretaria, assim como o andamento e a solução dos pleitos dentro dos prazos estabelecidos. O Comitê se reúne regularmente para tratar dos assuntos objeto de pauta específica.

A aderência ao programa "Prêmio de Desempenho Funcional" foi evidenciada através da indicação da titular da Coordenação de Atividades Administrativas como representante para compor a Comissão Mista de Julgamento; do encaminhamento das Fichas de Avaliação de servidores desta Secretaria de Política Econômica, habilitados a concorrer ao mencionado prêmio; da participação do representante deste órgão em reunião, ocasião em que a Comissão, de maneira consensual, estipulou o valor de cada item do formulário de avaliação e procedeu a contagem dos pontos das avaliações.

A readequação de layout da área administrativa da SPE, concluída no início deste exercício, possibilitou otimizar o espaço disponível, garantindo melhores condições de alocação e trabalho aos profissionais que compõem a equipe, através da conquista de um ambiente que expressa funcionalidade e modernidade.

RECURSOS HUMANOS

A Secretaria de Política Econômica tem no seu quadro de pessoal cerca de 100 profissionais, entre servidores, estagiários e terceirizados distribuídos em múltiplas funções, visando o atingimento dos objetivos institucionais e atribuições regimentais, sejam eles de cunho técnico ou administrativo. Este quantitativo de servidores não é o ideal considerando-se as atividades desenvolvidas. No entanto, a Secretaria tem procurado se adequar a estas restrições no sentido de não comprometer o resultado final do trabalho.

À Divisão de Pessoal – DIPES, compete coordenar, acompanhar e controlar a execução das atividades relativas a pessoal, bem como transmitir, no âmbito da Secretaria, a legislação e normas.

Desenvolve, também, suas atividades em observância às regras e prazos ditados pela Gerência de Recursos Humanos do MF.

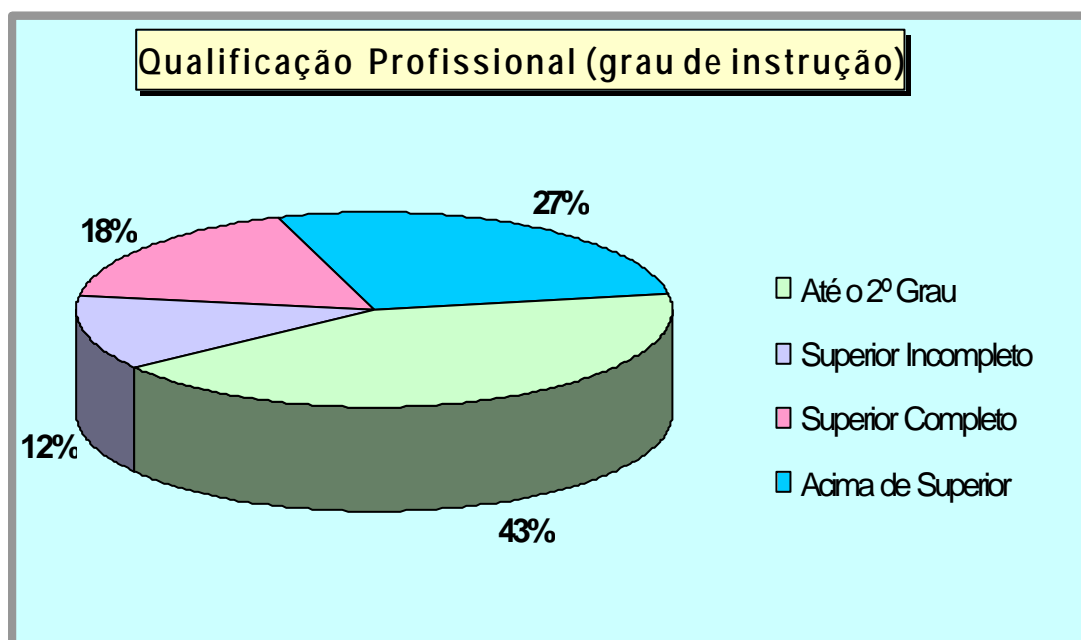
Desde o mês de maio do corrente exercício, os controles de frequência, marcação e alteração de férias são informados pela DIPES à Gerência de Recursos Humanos – GRH/GRA-DF eletronicamente, via INTRANET. A disponibilização desse novo sistema, propiciou a descentralização de tais atividades daquela Gerência para as Unidades de Recursos Humanos dos diversos órgãos do Ministério da Fazenda, caracterizando uma inovação significativa no tratamento dessas informações, simplificando e agilizando os procedimentos de registro e encaminhamento das mesmas, minimizando a possibilidade de ocorrência de erros na alimentação de dados relevantes.

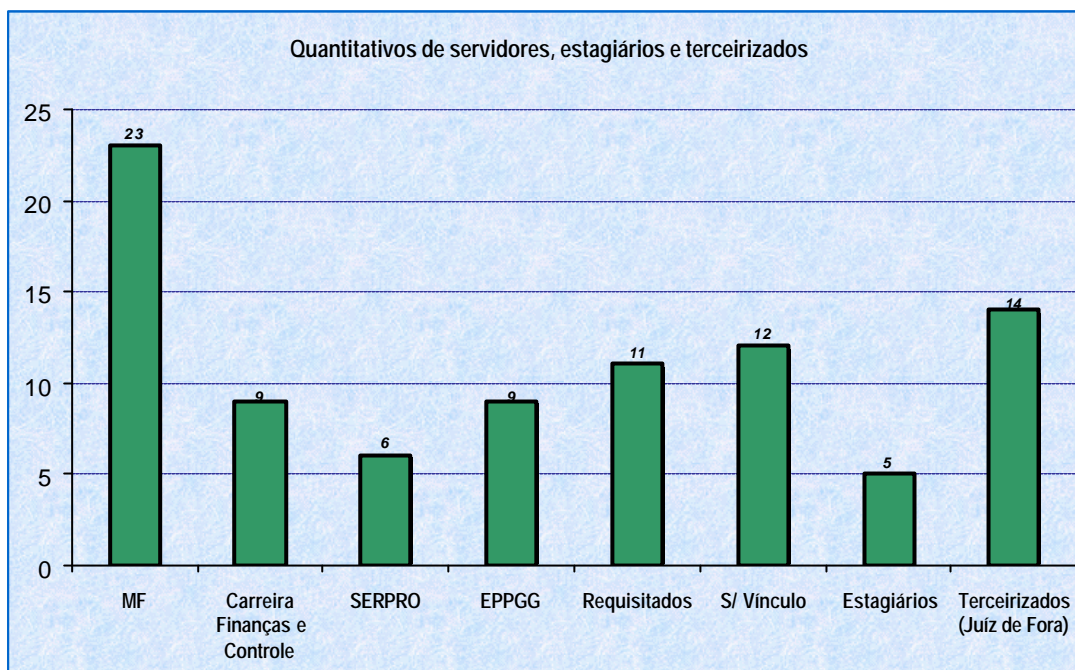
Dentre as atividades desenvolvidas pela DIPES destacam-se:

- ◆ Controle de frequência e marcação e alteração de férias, via INTRANET-MF;
- ◆ Interrupção e cancelamento de férias, via memorando, à GRH, para os devidos registros no Sistema SIAPE;
- ◆ Recebimento, acompanhamento e preenchimento das fichas de Avaliação de Desempenho Funcional;
- ◆ Distribuição, orientação, acompanhamento e consolidação da Avaliação de servidores da SPE, a título de apuração da pontuação individual para a concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA;
- ◆ Inscrição de servidores em treinamentos, Seminários, etc;
- ◆ Marcação de licenças (prêmio, para tratamento de interesse particular, etc), com o respectivo preenchimento dos formulários padrão;
- ◆ Elaboração de Portarias, de nomeação e exoneração, de designação e dispensa de servidores;
- ◆ Elaboração de Decretos de nomeação e exoneração de servidores e posterior encaminhamento ao Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda;
- ◆ Envio de arquivo à Secretaria Executiva do MF, para Consulta à Casa Civil, para os casos de nomeação para cargos comissionados, DAS, níveis 101.3 e DAS 101.4;
- ◆ Atualização das pastas funcionais dos servidores;
- ◆ Preenchimento e envio ao Gabinete do Ministro, de arquivos padrão, para o afastamento do País de servidores da Secretaria;
- ◆ Formalização do processo para emissão de Passaporte de Serviço e, Visto da respectiva Embaixada do país destino do deslocamento a serviço ao exterior;

- ◆ Acompanhamento e controle de frequência dos servidores matriculados no Curso de Inglês, coordenado pela ESAF;
- ◆ Providências necessárias a entrevistas e ao preenchimento de vagas de estágio, referente ao convênio do MF com o CIEE;
- ◆ Encaminhamento da frequência dos estagiários à GRH;
- ◆ Elaboração e atualização de quadros em WORD e EXCEL, com as informações básicas de controle de pessoal;
- ◆ Consultas à legislação e normas vigentes, relacionadas à área de pessoal;
- ◆ Intermediação entre os servidores da Secretaria e a Gerência de Recursos Humanos-GRH do MF, nos casos de dúvidas, e ou erros, no pagamento, férias, licenças, etc.

A qualificação dos profissionais da SPE é, em média, bastante elevada. A equipe técnica, por exemplo, é composta, essencialmente por economistas, em sua maioria com mestrado e alguns, inclusive, com doutorado. Considerando-se que a SPE não dispõe de carreira própria, o contingente de técnicos advindos de outras carreiras, requisitados de outros órgãos do Ministério da Fazenda, como a Secretaria do Tesouro Nacional por exemplo, e da administração pública é expressivo. Abaixo gráficos demonstrativos dessa realidade.





Anualmente a DIPES, a pedido da Coordenação-Geral de Recursos Humanos - COGRH/MF, elabora o Plano Setorial de Aprendizagem Permanente – PSAP, no âmbito deste Ministério, que visa aportar recursos para a implementação do referido programa. As restrições para a execução de despesas estabelecidas pelo Decreto nº 4.231, de 14.05.2002, tornaram insuficientes os limites destinados a capacitação de servidores do Ministério da Fazenda, possibilitando, porém, a continuidade do programa de Línguas Estrangeiras, coordenado pela Escola de Administração Fazendária – ESAF, no 2º semestre de 2002, garantindo, dessa maneira, a renovação da matrícula dos servidores da Secretaria de Política Econômica que já se encontravam inscritos no curso “Inglês na Globalização da Economia”. Não obstante, a SPE, através da atuação da DIPES, buscou a disponibilidade de treinamentos e cursos gratuitos ou eventuais cortesias, observadas as competências de sua área de atuação. Apesar disso, é interessante mencionar que houve um crescimento no quantitativo de participação de servidores desta Secretaria nos eventos, em relação ao exercício de 2001.

O demonstrativo abaixo complementa as informações expressas no tópico “Participação em Palestras, Seminários e Encontros”, do item 4. Área Finalística, deste Relatório.

Cursos de Capacitação/Treinamentos

<i>EVENTO</i>	<i>LOCAL</i>
Programação e Políticas Financeiras	ESAF/DF
Curso Avança Brasil: PPA 2000-2003	ENAP
SIASG para Usuários	ENAP/DF
7º Seminário Nacional de Ouvidoria/OMBUDSMAN	Associação Brasileira de Ouvidores/ABO/RJ
Inglês na Globalização da Economia	ESAF

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Divisão de Controle Orçamentário e Financeiro tem como competência elaborar a proposta orçamentária, acompanhar e controlar a programação e execução orçamentária e financeira da Secretaria de Política Econômica.

Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2002, encaminhada à COGEF/SPOA, o valor global aprovado pela Lei nº 10.407/02 foi de R\$ 703.000,00 (setecentos e três mil reais), destinados à manutenção das ações previstas no PPA 2000-2003, de responsabilidade deste órgão. Os limites estabelecidos até dezembro/2002 pelo Decreto nº 4.120/02, restringiram o montante de R\$ 703.000,00 (setecentos e três mil reais), para R\$ 627.569,00 (seiscentos e vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e nove reais), representando um percentual de redução na ordem de 11% (onze por cento) do montante global dos recursos destinados ao custeio das atividades desta Secretaria. Com o advento do Decreto nº 4.230, de 14/05/02, que estabelece restrições, no exercício de 2002, para a execução das despesas correntes, o valor dos limites de empenho e pagamento foi reduzido para R\$ 470.677,00 (quatrocentos e setenta mil, seiscentos e setenta e sete reais), caracterizando uma redução de 25 pontos percentuais no total das despesas correntes dos recursos desta Secretaria.

Cabe ressaltar que a Secretaria de Política Econômica, no intuito de atender o disposto no Decreto, emvidou esforços na contenção de despesas, buscando a redução substancial nas despesas

necessárias ao cumprimento da missão institucional da Secretaria, tais como: locomoção, diárias nacionais e internacionais, pagamento de serviços e despesas com material de consumo.

A Divisão de Controle Orçamentário e Financeiro emitiu relatórios semanais e mensais sobre a execução orçamentária e financeira que detalham todas as despesas realizadas no período, assim adequando as despesas aos limites aprovados pela Lei Orçamentária Anual, sempre dentro dos parâmetros impostos nessa Lei.

Em 2002, foi implantado o Sistema de Diárias e Passagens, que objetivou aferir maior qualidade e confiança, além de agilizar os serviços em face a urgência das viagens a serviço dos servidores da Secretaria. Engajados no propósito de economizar e conter gastos, alguns servidores adotaram a iniciativa de dispensar o recebimento de diárias quando de seus deslocamentos a serviço.

A Secretaria de Política Econômica, em parceria com a Monserrat Turismo Ltda, empresa que mantém contrato com este Ministério, buscou insistentemente por preços mais acessíveis na emissão de bilhetes aéreos, demonstrando preocupação em resguardar os interesses da Administração Federal em restrita observância ao preceito da economicidade, sem prejuízo na manutenção da qualidade dos serviços.

O contrato firmado com o SERPRO, cujos serviços (Hardware e Software) representam instrumentos de suma importância à implementação e manutenção do Sistema Informatizado da Secretaria, ação do PPA 2000-2003, sofreu cortes substanciais que redundaram na redução de pontos de acesso à rede e das agências de notícias. Com o intuito de buscar adequação das despesas aos limites pré-estabelecidos, foi revista toda a programação de despesas, mantendo a preocupação em evitar a descontinuidade das atividades.

Assim, a Secretaria de Política Econômica procurou desenvolver suas atividades dentro dos parâmetros determinados pelas diretrizes orçamentárias, tendo em vista a necessidade da obtenção e manutenção do equilíbrio das contas públicas.

A seguir, são apresentados os demonstrativos das dotações e execuções orçamentárias e financeiras durante o exercício de 2002.

Quadro Resumo das Dotações Orçamentárias da SPE – 2002

R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	Grupo de Despesa	Dotação Lei nº 10.407/02 (A)	Limite Empenho até DEZ/02 Dec. 4.120/02 (B)	Limite Empenho – até DEZ/02 Dec. 4.231/02 (C)	Executado até 31/12/02 (D)	% D/A
04.121.0771.2066.0001 Análise Macroeconômica e Proposição para a Formulação de Política Econômica	3	380.000,00	321.569,00	470.677,00	309.715,97	81,50
	4	20.000,00	20.000,00		14.868,88	74,34
SUBTOTAL		400.000,00	341.569,00		324.584,85	81,14
04.126.0771.2083.0001 Sistemas Informatizados da SPE	3	303.000,00	286.000,00		276.965,81	91,40
TOTAL		703.000,00	627.569,00	470.677,00	601.550,66	85,56

Obs: 1 - Foi solicitado à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA uma expansão de Limite de Empenho e Pagamento, visando adequar a programação à necessidade da SPE, até dez/2002.

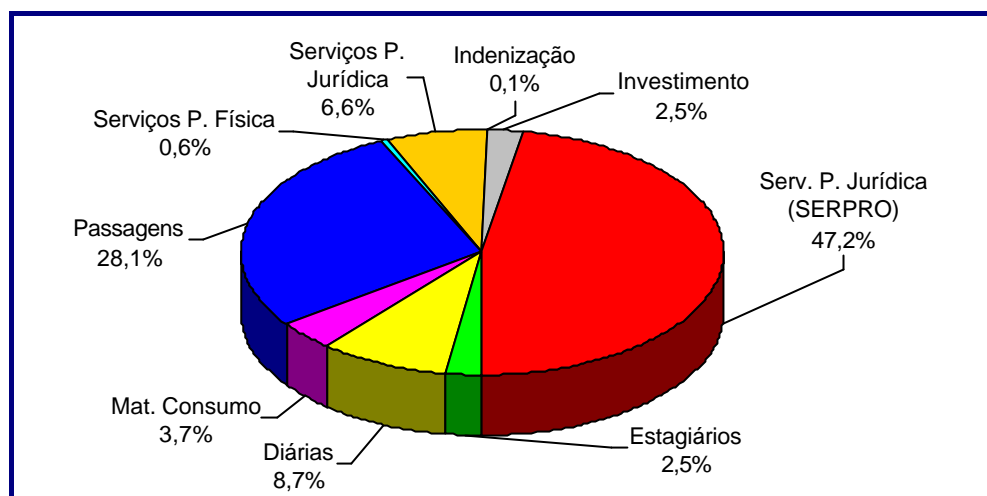
Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira

R\$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	Natureza Despesa	Especificação	EXERCÍCIO					
			2001			2002		
			Dotação Aprovada	EXECUTADO	%	Dotação Aprovada	EXECUTADO até 31/12/02	%
04.121.0771.2066.0001 Análise Macroeconômica	335039	Estagiários	11.000,00	10.149,73	92,27	16.800,00	14.537,07	86,53
	339014	Diárias	30.000,00	29.212,76	97,38	50.060,00	51.265,34	102,4
	339030	Mat. Consumo	21.000,00	20.542,39	97,82	38.131,00	21.920,57	57,48
	339033	Passagens	228.480,00	217.414,01	95,16	243.000,00	164.675,54	67,76
	339036	Serviços P. Física	1.400,00	474,18	33,87	6.000,00	3.264,24	54,40
	339039	Serviços P. Jurídica	80.000,00	77.784,79	97,23	43.009,00	38.557,76	89,65
	339093	Indenização	400,00	259,41	64,85	3.000,00	626,57	20,88
	339000	Custeio	372.280,00	355.837,27	95,58	400.000,00	309.715,97	77,42
	449052	Investimento	40.000,00	30.418,61	76,05	20.000,00	14.868,88	74,34
SUBTOTAL			412.280,00	386.255,88	93,69	420.000,00	324.584,85	77,28
04.126.0771.2083.0001 Sistema Informatizado	339039	Serv. P. Jurídica (SERPRO)	303.000,00	302.990,00	100	303.000,00	276.965,81	91,40
TOTAL			715.280,00	689.245,88	93,14	723.000,00	601.550,66	83,20

Obs: 1 - Foi acrescido pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MF o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em diárias, a fim de adequar a programação à necessidade da SPE, até dez/2002;

2 – Foi solicitado à SPOA uma expansão de Limite de Empenho e Pagamento.



MATERIAL E PATRIMÔNIO

A Divisão de Material e Patrimônio – DIMAP consoante as suas atribuições regimentais, priorizou as seguintes atividades relativamente ao controle patrimonial da Secretaria de Política Econômica:

- ◆ Zelar pela guarda dos materiais permanentes à disposição da Secretaria;
- ◆ Atualizar a emissão dos Termos de Responsabilidade dos bens móveis, colhendo a assinatura do usuário;
- ◆ Controlar a entrada e saída de bens móveis, através do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS;
- ◆ Confirmar as Movimentações de outras Unidades Gestoras para a SPE;
- ◆ Transferir bens móveis para as demais Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda;
- ◆ Encaminhar mensalmente Relatório de Movimentação dos Bens Móveis - RMB para a responsável pela Conformidade Documental;
- ◆ Realizar o Inventário Geral dos bens móveis existentes na Secretaria, ao final do exercício;

- ◆ Solicitar à Secretaria da Receita Federal, através de memorando, materiais permanentes apreendidos;
- ◆ Identificar a necessidade de recuperação do mobiliário da Secretaria, observando os preceitos legais em vigor que regem a matéria.

No que se refere ao quesito “Material de Consumo”, a DIMAP empenhou-se nas atividades a seguir descritas.

- ◆ Requisitar mensalmente à Gerência Regional de Administração – GRA/DF, material de consumo através do SIADS, para atendimento das necessidades de todas as áreas da Secretaria;
- ◆ Providenciar através de Suprimento de Fundos, a aquisição de materiais de consumo de pronto atendimento necessários à Secretaria, após confirmada a indisponibilidade dos mesmos no estoque do Almoxarifado da GRA;
- ◆ Controlar a entrada e saída dos materiais de consumo;
- ◆ Distribuir o material de consumo solicitado internamente, de acordo com análise de requisições atendidas anteriormente;
- ◆ Solicitar à GRA a confecção de carimbos.

Além destas atividades, a DIMAP executou todo o controle dos assuntos referentes à telefonia fixa e celular à disposição da SPE, acompanhando a execução de todos os serviços demandados, assim como a solicitação de senhas e os atestes das faturas telefônicas, na INTRANET.

Com a nova adequação do espaço físico da Divisão de Material e Patrimônio viabilizou uma melhor alocação dos materiais, tornando-se viável a execução das atividades de forma mais organizacional, facilitando o atendimento das demandas da Secretaria.

O contingenciamento orçamentário e financeiro coibiu a concretização de algumas aquisições de material permanente e de consumo, inviabilizando parcialmente o atendimento das demandas por parte da DIMAP.

APOIO LOGÍSTICO

O Serviço de Apoio Logístico – SEAL, atuou no exercício de 2002 no andamento de funções correlatas a reprodução de documentos, encadernação de trabalhos, entrega de jornais e revistas,

atendimento às solicitações de serviços de chaveiro, controle da disponibilização e utilização do serviço de transporte oficial a serviço, execução de procedimentos junto à Agência de Viagens contratada pelo MF, solicitação de reparos nas instalações físicas, elétricas e lógicas da Secretaria, dentre outras.

Cabe mencionar também a atuação com os profissionais terceirizados no ambiente de trabalho da Secretaria de Política Econômica, compreendendo basicamente os contínuos, garçons, copeiras, recepcionistas e guardetes que controlam a entrada e saída de pessoas e materiais .

No início do ano de 2002, o SEAL participou do acompanhamento e fiscalização da conclusão da reforma executada em parte do espaço físico da Secretaria, tendo como principais execuções: pintura; substituição de divisórias, pisos e cortinas; instalação elétrica, pontos lógicos, remanejamento de aparelhos de ar-condicionado, reinstalação de ramais telefônicos.

DOCUMENTAÇÃO E PROTOCOLO

À Divisão de Documentação e Comunicação Administrativa - DIDOC compete planejar, coordenar e executar as atividades pertinentes à tramitação, registro, controle e arquivo de expedientes e arquivamentos.

Ao encargo da DIDOC, encontra-se a conformidade documental dos processos contábeis, que consiste na certificação da existência de documento hábil, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, que comprove a operação das despesas financeiras/orçamentárias executadas pela SPE, cuja documentação é arquivada junto ao respectivo processo.

A documentação expedida segue o modelo padrão estabelecido pelo Manual de Redação da Presidência da República, sendo numerada anualmente. Esta documentação é arquivada, ainda em papel, organizada de forma a permitir a consulta, a qualquer tempo, de toda a documentação. Quando necessário, são procedidas consultas a outras unidades de Protocolo no Ministério e em órgãos externos, com vistas à localização, posicionamento ou cópia de documentos diversos daqueles que compõem o acervo documental da Secretaria.

A Divisão providencia o encaminhamento de matérias para a publicação no Departamento de Imprensa Nacional, portarias de nomeação ou exoneração em sua maioria.

Os demonstrativos abaixo dimensionam o quantitativo de documentos expedidos, recebidos e controlados pela Divisão, no exercício de 2002, a título de ilustração.

Documentos Expedidos

<i>TIPO</i>	<i>JAN</i>	<i>FEV</i>	<i>MAR</i>	<i>ABR</i>	<i>MAI</i>	<i>JUN</i>	<i>JUL</i>	<i>AGO</i>	<i>SET</i>	<i>OUT</i>	<i>NOV</i>	<i>DEZ</i>	<i>TOTAL GERAL</i>
BOLETIM	0	60	75	75	80	60	100	80	80	100	60	60	830
FAX	9	9	10	11	8	7	9	4	1	2	23	7	100
MEMORANDO	46	39	96	75	98	63	80	62	42	73	74	56	804
NOTA TÉCNICA	3	3	6	6	11	6	6	1	5	5	6	2	60
OFÍCIO	14	13	29	26	21	30	17	18	20	19	23	20	250
PARECER	1	9	45	25	43	22	40	18	10	13	36	32	294
PORTARIA	2	0	5	3	7	4	5	0	0	3	1	2	32
TOTAL MENSAL	75	133	266	221	268	192	257	183	158	215	223	179	2.370

Documentos Recebidos

<i>PROCEDÊNCIA</i>	<i>JAN</i>	<i>FEV</i>	<i>MAR</i>	<i>ABR</i>	<i>MAI</i>	<i>JUN</i>	<i>JUL</i>	<i>AGO</i>	<i>SET</i>	<i>OUT</i>	<i>NOV</i>	<i>DEZ</i>	<i>TOTAL GERAL</i>
GMF	6	5	9	10	15	4	13	11	9	13	6	4	105
AAP	7	42	40	41	34	24	13	35	8	18	23	22	307
SE	2	4	5	1	2	2	4	6	3	5	4	1	39
PROCESSOS	22	37	65	44	58	47	36	39	37	52	26	41	504
OUTROS	2	0	7	2	5	0	4	2	3	2	5	7	39
TOTAL	39	88	126	98	114	77	70	93	60	90	64	75	994

O Serviço de Catalogação e Pesquisa atua junto a DIDOC, na classificação, catalogação e arquivamento de todas as edições e "papers" para utilização comum dos servidores da Secretaria, atuando, também, no atendimento ao público interno, externo e por telefones de pesquisas bibliográficas e legislativas, através dos sites da Imprensa Nacional, Presidência da República, e outras fontes de pesquisa, cabendo ressaltar que apesar da restrição orçamentária efetuada por força do Decreto nº 4.231/2002, que inviabilizou a renovação da assinatura do sistema DATALEGIS, importante instrumento na pesquisa legislativa, o Serviço não deixou de atender à demanda, mantendo os servidores informados dos assuntos afetos à sua área de atuação, além de outros de interesse geral acerca de direitos e

deveres dos servidores públicos, contando principalmente com a disseminação de informações publicadas no Diário Oficial da União, identificando os assuntos específicos de interesse das diversas áreas da SPE, encaminhando-os para conhecimento e providências dos interessados.

Durante o corrente exercício, a equipe do Serviço de Catalogação e Pesquisa realizou também o levantamento do histórico da SPE, desde sua criação em 1975 como Coordenadoria de Assuntos Econômicos - CE, até os dias atuais. Assim como dos Secretários e Secretários-Adjuntos nomeados e exonerados para a mesma.

As Unidades em referência desenvolveram suas atividades visando, inclusive, o aperfeiçoamento e otimização das informações pertinentes à padronização da comunicação administrativa, tramitação de documentos, arquivamento e registros, buscando melhorias que possam atender às expectativas do público interno e externo.

6. CONCLUSÃO

Ao longo do exercício em análise, a Secretaria de Política Econômica assumiu papel decisivo na revisão do arcabouço regulatório do setor energético, com o objetivo de superar definitivamente a crise de escassez deflagrada no ano anterior. Além disso, prosseguiu no desempenho de sua função de interlocutora do Governo Brasileiro junto ao Fundo Monetário Internacional – FMI, especialmente no que se refere às últimas revisões do acordo de 2001 e à negociação do novo acordo firmado em outubro de 2002.

No campo das reformas estruturais, a participação da SPE configurou-se relevante na análise e proposição de medidas, realizadas no âmbito interno do Ministério da Fazenda e dos vários conselhos e comitês em que mantém assento.

Dentro do contexto abordado no presente relatório, a Secretaria considera encerrado o exercício em consonância com os resultados esperados, de forma a cumprir sua missão institucional na condução das questões relacionadas à formulação e implementação das políticas governamentais.

Arno Meyer

Secretário de Política Econômica

Patrícia Abraham Cunha da Silva

Ordenadora de Despesas